

Rômulo Almeida e o pensamento econômico brasileiro

Francisco Monticeli Valias Neto

Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas, discente do curso de Ciências Econômicas e Bolsista do Programa PET da mesma Universidade.

Daniel do Val Cosentino

Professor do ICSA da Universidade Federal de Alfenas e Doutorando em História Econômica pela USP.

RESUMO

Rômulo Almeida é daqueles personagens até certo ponto injustiçados quando o assunto é o pensamento econômico brasileiro. São poucos os trabalhos a respeito de suas ideias econômicas se comparado à importância de sua atuação em momentos importantes da vida política e econômica brasileira. Sua contribuição para as reflexões entorno da realidade brasileira são essenciais. Seu trabalho como homem público, participando ativamente dos projetos industrializantes, de atuação do Estado para a transformação da economia nacional, bem como seu esforço para promover o desenvolvimento regional do Nordeste são merecedores de maior destaque e esforço interpretativo. Suas reflexões a respeito do planejamento regional, seja como homem público ao idealizar, conceber e participar da implementação do Banco do Nordeste, seja como consultor privado em projetos como o Polo Petroquímico de Camaçari mostram quão importantes e atuais são as suas ideias. Neste trabalho pretendemos apresentar um pouco da história e das ideias de Rômulo Almeida, afirmando e reforçando a sua importância para o pensamento econômico brasileiro, bem como a originalidade e atualidade de suas concepções a respeito, principalmente, dos temas relacionados ao desenvolvimentismo, planejamento econômico, industrialização e desenvolvimento regional. Recuperar suas ideias é, antes de tudo, fazer justiça a um pensador excepcional e fundamental para a compreensão do país.

Palavras-chave: Rômulo Almeida; pensamento econômico brasileiro; planejamento econômico; desenvolvimento regional

ABSTRACT

Romulo Almeida is an economist little known in Brazilian economic thought. There are few papers about it. Nevertheless, his reflections on the Brazilian reality are important. It was a public man and served in important projects of industrialization led by the state in the 1950s. His work regarding the development of the regional northeast is also important. This paper discusses the history and ideas of Romulo Almeida and its importance for the Brazilian economic thought, which highlight the themes of developmentalism, economic planning, industrialization and regional development.

Keywords: Romulo Almeida; Brazilian economic thought; economic planning; regional development

Rômulo Almeida e o pensamento econômico brasileiro

Introdução

Rômulo Almeida é daqueles personagens até certo ponto injustiçados quando o assunto é o pensamento econômico brasileiro. São poucos os trabalhos a respeito de suas ideias econômicas se comparado à importância de sua atuação em momentos importantes da vida política e econômica brasileira¹. Sua contribuição para as reflexões entorno da realidade brasileira são essenciais. Seu trabalho como homem público, participando ativamente dos projetos industrializantes, de atuação do Estado para a transformação da economia nacional, bem como seu esforço para promover o desenvolvimento regional do Nordeste são merecedores de maior destaque e esforço interpretativo. Suas reflexões a respeito do planejamento regional, seja como homem público ao idealizar, conceber e participar da implementação do Banco do Nordeste, seja como consultor privado em projetos como o Polo Petroquímico de Camaçari mostram quão importante, inovadoras e atuais são as suas ideias.

Neste sentido dois dos trabalhos mais importantes a respeito do pensamento econômico brasileiro praticamente não retratam ou abordam as suas contribuições. Em "Pensamento Econômico Brasileiro", Ricardo Biewchowsky se limita a caracterizar Rômulo Almeida como um desenvolvimentista nacionalista do setor público sem discutir ou se estender sobre suas ideias e contribuições. Sua figura aparece com pouquíssimo destaque na obra, sendo geralmente mencionado apenas como membro da corrente acima citada e chefe da Assessoria Econômica de Vargas, além da referência de sua saída do governo com o suicídio de Vargas e a posse de Café Filho. Já Guido Mantega, em "A Economia Política Brasileira", nem ao menos o menciona ou o inclui em sua análise, o que pode se dever ao fato de tomar como ponto de partida para a economia política brasileira "Formação Econômica do Brasil" de Celso Furtado, publicado em 1959 ou mesmo a sua abordagem focada na proposição de modelos interpretativos da realidade brasileira.²

¹ Alguns dos trabalhos a seu respeito, ver Almeida, Aristeu Barreto de. (org.) "Rômulo Almeida o Construtor de Sonhos", Salvador: CORECON, 1995; Souza, Aristeu & Assis, J. Carlos de. "A serviço do Brasil: a trajetória de Rômulo Almeida", Rio de Janeiro: Fundação Rômulo Almeida, 2006; Furtado, André Tosi. "Rômulo Almeida (1914-88) e suas contribuições para o pensamento econômico regional brasileiro", In: Szmrecsányi, Tamás & Coelho, Francisco da Silva (Orgs.). "Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo", São Paulo: Atlas, 2007; Silva, Sylvio Bandeira de Mello e. "Rômulo Almeida e o Sonho do Planejamento Regional" In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano III, Nº 4, Salvador, Julho de 2001; Barbosa, Alexandre de Freitas, & Koury, Ana Paula. "Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação" In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1075-1113, dez. 2012.

²Ver Bielschowsky, Ricardo. "Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento". 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. E Mantega, Guido. "A economia política brasileira", São Paulo/Petrópolis: Vozes, 1985.

O próprio Rômulo confessa em entrevistas que sua preocupação mais prática, com as ações mais técnicas, do que propriamente com questões de ordem teórica pode ter contribuído para o seu "esquecimento". Este trabalho procura recuperar, mesmo que brevemente algumas das suas contribuições essenciais, bem como procura relacionando-as ao tempo histórico entender e estabelecer um esforço de ressaltar as suas influências teóricas.

Há uma dificuldade inicial para aqueles que pretendem estudar o pensamento de Rômulo Almeida, poucos são os seus textos plenamente conhecidos, o que certamente dificulta o estudo de suas ideias. Além de alguns artigos e relatórios técnicos espalhados em diversas publicações³, há um livro reunindo alguns de seus mais importantes escritos, bem como três publicações que reúnem depoimentos do mesmo sobre sua vida, obra e atuação política.⁴ É certo que grande parte do pensamento econômico brasileiro de meados do século XX não se encontra disponível em publicações editadas e amplamente difundidas como gostariam a maioria dos pesquisadores. Casos como o de Celso Furtado são poucos. É Ricardo Bielschowsky, em seu livro clássico citado anteriormente, que reconhece que tal pensamento é mais prático e voltado para a ação do que acadêmico e teórico. O que decorre primeiro da própria necessidade de transformação da economia nacional naquela época bem como a incipiência de um comportamento academicista no Brasil naquele momento. Assim, estudos como o que propomos aqui representam também o desafio da pesquisa em fontes desconhecidas, da descoberta de materiais e da análise de discursos e acontecimentos que indicam caminhos.

Paralelamente, poucos são também os trabalhos a respeito de Rômulo Almeida. Em "Rômulo Almeida, o construtor de sonhos", Aristeu Barreto de Almeida organiza uma coletânea de depoimentos sobre a vida de Rômulo, que fizeram parte de um seminário organizado em sua homenagem. Já em "A serviço do Brasil: a trajetória de Rômulo Almeida", Aristeu Souza e José Carlos de Assis apresentam uma rica biografia de sua vida e sua importante relação com acontecimentos mais importantes da história do Brasil contemporâneo.

Publicado em uma coletânea de textos a respeito da História do Pensamento Econômico Brasileiro em 2007, o trabalho de André Tosi Furtado destaca o trabalho de Rômulo e sua contribuição para o processo de transformação da economia e da sociedade brasileira em curso em

³ Ver por exemplo Almeida, Rômulo. "Planejamento Regional", In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano III, Nº 4, Salvador, Julho de 2001; Almeida, Rômulo. "Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio" In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano XI, Nº 19, Salvador, Janeiro de 2009.

⁴ Almeida, Rômulo. "Nordeste desenvolvimento social e industrialização", Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; Almeida, Rômulo. "Rômulo: voltado para o futuro", Fortaleza: BNB, 1986; Almeida, Rômulo. "O Nordeste no Segundo Governo Vargas", Fortaleza: BNB, 1985; Almeida, Rômulo. "Rômulo Almeida (depoimento; 1988)", Rio de Janeiro, CPDOC/FGV - SERCOM/Petrobrás, 1988.

meados do século passado, bem como a importância de seu trabalho e de suas contribuições para as reflexões referentes ao desenvolvimento regional brasileiro.

Em trabalho recentemente publicado na Revista Economia e Sociedade, Alexandre Barbosa e Ana Paula Koury apresentam um estudo bastante completo, descritivo e analítico da vida e das ideias de Rômulo Almeida. Tendo como pano de fundo uma análise crítica à tradicional periodização do pensamento desenvolvimentista brasileiro estabelecida por Ricardo Bielschowsky entre 1930 e 1980, e argumentam a favor de uma nova periodização. Assim, procuram demonstrar a partir das ideias e da história de Rômulo Almeida que o Brasil desenvolvimentista seria melhor caracterizado entre 1946 e 1964.

Para além dos argumentos apresentados no texto, tal trabalho talvez seja o melhor e mais completo disponível a respeito das ideias Rômulo Almeida. Tal estudo, segundo indicam os autores, faz parte de um grande projeto financiado pelo IPEA e CAPES e que pretende e tem levantado trabalhos e materiais inéditos a respeito do economista bahiano. Certamente, este levantamento exaustivo será de grande valor para novas pesquisas e para aqueles que se interessam pela História do Pensamento Econômico Brasileiro, bem como pela História Econômica do Brasil.

O fato é que Rômulo Almeida é um personagem importantíssimo por sua atuação e participação nos mais importantes projetos políticos e econômicos brasileiros durante, principalmente a década de 1950, período marcado, sobretudo, pela atuação explícita do Estado brasileiro no processo de industrialização do país. Coube ao personagem em questão um papel decisivo ao idealizar diversos projetos e transformações da estrutura econômica brasileira e participar ativamente da formação das organizações e instituições do Brasil contemporâneo. Sua atuação no âmbito do Estado foi marca fundamental na organização e criação de uma tecnocracia estatal, que passaria a fornecer o conhecimento e apoio técnico à industrialização da economia brasileira. Como aponta André Tosi Furtado:

“mais do que um membro da tecnocracia que estava emergindo no aparelho do Estado no período do pós-Guerra, tratava-se de um técnico de grande competência, fortemente motivado em torno do interesse nacional e contratado por concurso público. Coube-lhe assim a oportunidade de estar involucrado num intenso processo de transformação da administração pública e da economia brasileira.” (Furtado, 2007, p.336)

Por sua importância e pela originalidade de suas ideias consideramos injusto o tratamento que a historiografia dedicou a ele até então. Nas páginas que se seguem pretendemos apresentar um pouco da história e das ideias de Rômulo Almeida, afirmando e reforçando a sua importância para o pensamento econômico brasileiro, bem como a originalidade e atualidade de suas concepções a respeito, principalmente, dos temas relacionados ao desenvolvimentismo, planejamento econômico,

industrialização e desenvolvimento regional. Recuperar suas ideias é, antes de tudo, fazer justiça a um pensador excepcional e fundamental para a compreensão do país.

Rômulo Almeida, seu tempo e suas ideias

Nascido em Salvador, Rômulo Almeida começou sua carreira como tecnocrata na Bahia no final da década de 1930. Nos anos de 1940 trabalhou no Acre e teve experiência de consultoria no escritório de Santiago Dantas no Rio e como professor substituto de economia na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. Atuou ainda como assessor econômico no Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1945 fez concurso para o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), tendo sido um dos primeiros funcionários públicos alçados à posição por mérito próprio. Trabalhou também como chefe do departamento de econômico da CNI, a convite de Roberto Simonsen.

No início dos anos de 1950, convidado por Vargas, foi designado oficial-de-gabinete do Gabinete Civil da Presidência da República. Ao mesmo tempo foi incumbido pelo presidente de organizar a Assessoria Econômica da Presidência da República. A Assessoria foi concebida também como órgão técnico planejador complementar à Missão Abbink. Seria ela responsável pela formulação da política de desenvolvimento do país⁵. Havia, portanto, uma relação de confiança de Vargas em Rômulo Almeida⁶, que seria um dos responsáveis pela elaboração do projeto nacionalista que passava pela montagem de um arcabouço institucional. Podemos dizer que este momento foi o auge da carreira de Rômulo como tecnocrata⁷.

Na Assessoria Econômica do segundo governo Vargas, Rômulo Almeida trabalhou com figuras tais como Otolmy Strauch, Ignácio Rangel e Jesus Soares Pereira. O órgão criado por Vargas pretendia reunir os melhores técnicos no campo do planejamento econômico com o objetivo de organizar e estruturar as ações do Estado em um sentido mais amplo, para além dos projetos específicos idealizados pela Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU). Neste panorama a assessoria econômica ganhava um aspecto mais político exemplificado na responsabilidade de redigir os

⁵ Ver Almeida, Rômulo. "Política econômica do segundo governos Vargas" In: Szmrecsányi, T. & Granziera, R. "Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea", Campinas: Unicamp, 1986.

⁶ Depoimentos do próprio Rômulo dão conta de que Vargas poderia ter pra ele um projeto de ascensão política na Bahia que, não fosse o seu suicídio bem como a estrutura política local, poderia ter o alçado como governador da Bahia.

⁷ Mais sobre o segundo governo Vargas, bem como o papel e a importância da Assessoria Econômica da Presidência da República, ver o importante livro de Maria Celina D'Araujo prefaciado por Rômulo Almeida. D'Araujo, Maria Celina. "O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política", 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

discursos de Vargas que eram excelentes documentos sobre as estratégias e ações do governo naquela época⁸.

Portanto, cabia a assessoria organizar e estruturar todo o discurso desenvolvimentista de Vargas, bem como acompanhar a tramitação e os projetos essenciais de infraestrutura necessária para a intensificação do processo de industrialização. No campo energético e elétrico, a assessoria participou ativamente na idealização dos projetos e criação: da Petrobrás, do Plano Nacional do Carvão e da Eletrobrás (que viria a ser criada de fato nos anos de 1960). Não podemos esquecer também de sua contribuição no campo da educação, com a criação da CAPES⁹. Em resumo, fica claro que a assessoria econômica buscou garantir as bases estruturais para a expansão econômica do país. Não é por outra razão que muitos autores atribuem a Rômulo Almeida uma certa liderança do discurso desenvolvimentista durante a década de 1950, tendo passado a liderança, posteriormente, a Celso Furtado.

Renata Santos aponta para certo esquecimento da Assessoria na literatura apesar da mesma ser muito citada, sem contudo ter analisado o seu funcionamento, membros e atividades. A autora mostra detalhadamente o papel de liderança e organização exercido por Rômulo Almeida na Assessoria, como já citamos anteriormente, apontando-o como uma das principais figuras do órgão e ressaltando o seu traquejo e trânsito político além da capacidade técnica.¹⁰

O eixo norteador da Assessoria Econômica seria o nacionalismo. É o que sempre destaca em entrevistas o próprio Rômulo Almeida. Assim, para Renata Santos o órgão foi capaz de traduzir um projeto político e econômico, nacionalista industrializante, que reflete um período histórico importante no Brasil. Além disso destaca que,

"A Assessoria Econômica, para além da sua importância na compreensão geral do período, também foi sem dúvida representativa de uma nova modalidade de técnicos que tiveram importância destacada no aparelho de Estado. Diante das perspectivas e ações industrializantes o Estado foi chamado a cumprir novas funções e a ampliar e melhorar o desempenho de funções já exercidas. (...)

⁸ Rômulo em depoimento assume autoria da mensagem programática de Vargas em 1951: "(...) a mensagem do ano de 51, dirigida em 15.03, ao Congresso, foi uma mensagem programática que nos coube [a assessoria econômica] estruturar. Foi um trabalho feito numa espécie de improviso. Eu entrei no gabinete no dia 11.02 e no dia 15.03 a mensagem estava pronta, entregue ao Congresso (...) Esse foi um dos trabalhos mais desafiantes e gratificantes pra mim."(ALMEIDA, 1986, p. 55)

⁹ A questão educacional e sua relação com o processo de desenvolvimento sempre foi um tema muito claro ao autor, que tem um texto muito interessante sobre o assunto. Ver Almeida, Rômulo. "Programação Educacional Num País em Processo Inicial de Desenvolvimento" In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Nº 105 - Jan/mar 1967.

¹⁰ Santos, Renata Belzunces dos. "A assessoria econômica da Presidência da República: contribuição para a interpretação do segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954)", Dissertação de Mestrado, IE/Unicamp, Campinas, 2006.

A Assessoria Econômica inovou também ao encarregar-se, ainda que informalmente, das tarefas de planejamento geral do Segundo Governo Vargas. (Santos, 2006, p,113)"

O papel e a importância da Assessoria Econômica do segundo governo Vargas tem sido assuntos de diversos textos e trabalhos. Não é intuito deste texto aprofundar a questão. Essencialmente muito se discute a respeito do papel da assessoria na interpretação do segundo governo Vargas e a existência de um projeto industrializante e nacionalista durante o mesmo. Parece claro que a Assessoria era o braço nacionalista e desenvolvimentista do governo, responsável pela concepção do planejamento econômico e do discurso de emancipação nacional e progresso social. Contudo, praticamente todos esses trabalhos estão interessados em discutir ou o próprio Vargas ou interpretar o seu segundo governo a luz da formação econômica brasileira ou mesmo do processo de industrialização. Portanto, são trabalhos que destacam a importância e as ideias de Rômulo Almeida, atribuindo-lhe um papel central e importante, mas não se preocupando especificamente em entender, descrever e explicar sua visão, suas ideias e seu pensamento econômico.¹¹

Importante perceber que Rômulo Almeida foi a figura principal desta assessoria, principalmente, quando a mesma passou a tratar a problemática regional, em suma, o problema do Nordeste. Neste sentido, Rômulo participa ativamente na criação do projeto do Banco do Nordeste do Brasil onde seria seu primeiro Presidente¹² em 1954. Aliás, o estudo da vida e da obra do autor deixa claro como o mesmo vai direcionando suas preocupações para a questão regional e do Nordeste ao longo de sua vida pública. Sobre isso, em depoimento de 1988 ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Rômulo Almeida ilustra bem a sua personalidade e atitude em relação ao desenvolvimento regional e especificamente ao desenvolvimento do Nordeste. Questionado sobre o fato de nunca ter deixado de ser um homem do Nordeste apesar de sua atuação nacional, sua resposta é esclarecedora: “Não, eu me transformei. Eu fui federal, depois passei a ser regional pela consciência de que era preciso enfrentar esse problema.” (Almeida, 1988, p. 166)

Este é um ponto de inflexão onde a preocupação regional passa a ser a mais importante em suas contribuições. Neste sentido, defendemos a tese de que dada tamanha influência de Rômulo na

¹¹ Ver por exemplo Santos, Renata Belzunces dos. "A assessoria econômica da Presidência da República: contribuição para a interpretação do segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954)", Dissertação de Mestrado, IE/Unicamp, Campinas, 2006; Fonseca, Pedro Dutra da. "Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira", In: Tempo. Rio de Janeiro, UFF, 2009; Fonseca, Pedro Dutra da. "O mito do populismo econômico de Vargas" In: *Revista de Economia Política* 31 (1), 2011; Bastos, Pedro Paulo Z. "

Qual era o Projeto Econômico Varguista?" In: Estudos Econômico, V.41, N.2, 2011; DRAIBE, Sonia "Rumos e metamorfoses". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

¹² Rômulo atribui sua ascensão à presidência do BNB pelo fato de Vargas pretender lançá-lo politicamente no Nordeste, bem como manter um técnico de confiança na direção do banco, deixando afastada assim as oligarquias políticas do Nordeste.

concepção dos órgãos que guiariam as políticas de desenvolvimento regional, tal como o BNB, estudar e entender como o mesmo atribuía os problemas/soluções do Nordeste se faz necessário para justificar o *modus operandi* dessas instituições de fomento de políticas regionais. Pretendemos a partir de agora explorar um pouco melhor essas experiências utilizando o exemplo do Banco do Nordeste para ilustrar as suas ideias a respeito do desenvolvimento regional.

Historicamente, a preocupação regional com o Nordeste nasceu com o diagnóstico de que todos os problemas sociais e econômicos da região advinham dos problemas causados pela intermitente seca que a assolava. A primeira medida com o propósito de combater a seca foi a criação da Comissão Imperial, em 1877, cujo objetivo era analisar e propor soluções para o problema. Aquela comissão sugeriu o desenvolvimento dos transportes, a construção de barragens e a transposição do rio São Francisco, ou seja, grandes obras de engenharia. Porém essas ações foram limitadas e lentas, enquanto se agravava o problema social da região (Diniz, 1999).

Desde então, diversos órgãos e departamentos seriam criados sempre com diagnóstico semelhante: IOCS (inspetoria de obras contra a seca) transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1906, e em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945. Paralelamente, havia sido criada a Caixa Especial de Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis no Nordeste do Brasil com 2% do orçamento da União. Em 1923, a Constituição Federal fixou em 4% do orçamento Federal para o controle das secas, e neste mesmo sentido o congresso, em 1949, aprova a Lei Sarasate¹³, que previa uma intervenção do governo para financiar os proprietários e até mesmo agências públicas da região em pequenas obras de combate à seca (aguadas, poços e forragens resistentes à seca). Tamanha importância desta lei, que posteriormente, o BNB intermediaria esses financiamentos garantidos pela Lei Sarasate, mais do que isso, esta lei contribuiu para própria concepção do banco, nas palavras de Rômulo: “aproveitou-se da ideia de que era preciso ter uma organização para financiar. Propôs a criação do Banco do Nordeste do Brasil, como uma espécie de caixa da Lei Sarasate” (Almeida, 1986).

Contudo, esse posicionamento do Estado deixava muito claro que todos os problemas do Nordeste eram derivados de uma geografia desfavorável, que esporadicamente castigava a região com fortes secas, e, portanto, a partir desse diagnóstico, quaisquer soluções plausíveis encontravam-se no campo da engenharia contra a seca.

Neste contexto, Rômulo de Almeida ainda ocupando o cargo mais importante da Assessoria da Presidência da República durante o segundo governo Vargas, elaboraria o documento intitulado “Planejamento do Combate às secas”, onde explicaria as causas do atraso da região Nordeste.

¹³ Lei n.1.004/49 promulgada pelo então Deputado Federal Paulo Sarasate UDN/CE.

Encontrava-se aí uma tese importante, posteriormente retomada em numerosos trabalhos sobre os problemas da região, na qual se explicava de que forma o processo de industrialização por substituição de importações levou à concentração da atividade econômica no Brasil.

Rômulo mostrou neste relatório que o processo de industrialização por substituição de importações fez com que a atividade econômica se concentrasse no Centro-Sul do país, gerando dinâmica e desenvolvimento nesta região, ao passo em que se aumentavam os desequilíbrios regionais. O Nordeste que exportava produtos para o exterior sofria com a política cambial (de valorização artificial do Cruzeiro) em benefício da indústria nascente na região Centro-Sul. Nas palavras de Rômulo de Almeida:

"Sobretudo na medida em que vendem fora dos preços de compensação ou do câmbio livre, o efeito econômico é um desequilíbrio nos termos de troca e uma descapitalização pelo fato de venderem a preços de competição internacional, e de comparem (mesmo no caso de não haver defasagem entre o câmbio oficial e o câmbio livre) a preços que são os preços de escassez ou os preços de inevitável proteção do mercado interno (venda a 18,50 compra ao Sul, digamos, a 40,00 com a sobrecarga do alto custo dos transportes internos, sobretudo da nossa onerosa navegação de cabotagem, que constitui um problema para o Nordeste." (Almeida, 1985, p. 228)

Ou ainda:

"O Nordeste pagava por isso, porque recebia pelo Dólar uma quantia muito pequena e não podia importar os produtos do exterior, tinha que importar de São Paulo, então importava muito mais caro, quer dizer, vendia por muito menos e comprava por muito mais. Isso provocou um desequilíbrio". (Almeida, 1986, p.78)

O relatório estava evidenciando que o Nordeste era uma região que exportava produtos primários e gerava divisas, ao passo que tinha que importar produtos manufaturados da região Centro-Sul, a custos superiores aos dos produtos importados, agravados principalmente pelos altos custos com transporte. Concluindo-se assim, que a região Nordeste estava de certa forma, financiando a industrialização do Centro-Sul. Esta ideia foi posteriormente retomada pelo relatório do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) em 1959, bem como inúmeros textos de Celso Furtado. Esses argumentos formaram as bases para a concepção da SUDENE tempos depois.

O documento enfatizava também a existência de potenciais investimentos no Nordeste, mas o "marasmo" vigente na região conduzia tal capital para a região Centro-Sul, onde se encontravam as melhores condições de valorização. Este conceito espelha a influência teórica de Alfred

Marshall, cuja obra fora traduzida no Brasil pelo próprio Rômulo de Almeida¹⁴. Essa influência consiste no conceito de “economias externas”, que explica esse deslocamento de capitais, através da maior lucratividade provocada pelo efeito de complementaridade e densidade de mercado característico da zona de concentração. Fazendo referência:

"A maior eficiência marginal do capital nessas áreas [que possuem economias externas] tende não apenas a evitar que seu capital se transporte para fecundar as regiões mais distantes e desequilibradas, como também a atrair o capital que nestas se gera, frequentemente num ritmo espasmódico, nas quadras de safras e preços excepcionais." (Almeida, 1985, p.230)

Por fim, o documento aponta para as deficiências dos órgãos públicos no tratamento dos problemas do Nordeste. A crítica pauta-se na falta de planejamento das ações do DNOCS, principal órgão de fomento de políticas regionais para o Nordeste. Para Rômulo, o DNOCS carecia de estudos científicos sobre a situação meteorológica, ecológica e agrícola, muito explicado pela própria falta de técnicos especializados no quadro de seus funcionários. Outro aspecto seria a fragilidade política do DNOCS. Constantemente, suas ações eram desviadas pela influência de certos grupos de interesse, evidenciando a falta de autonomia e escala de prioridades das ações deste órgão. Em síntese, todas as críticas feitas por Rômulo tinham como traço comum a necessidade de planejamento econômico efetivo na concepção das ações. O campo das técnicas de planejamento econômico seria muito abordado nos estudos de Rômulo desde então, sendo ele um dos precursores no Brasil.

Finalmente, fica evidente que o Nordeste deixado a mercê das leis de mercado, cada vez mais se distanciaria, do ponto de vista econômico e social, do centro dinâmico da economia. Logo, justifica-se então, a intervenção do Estado para amenizar esses desequilíbrios regionais. Rômulo conclui no documento:

“Por essa razão se impõe o programa de inversões federais básicas em obras e serviços públicos, ao lado de inversões complementares, em crédito a empreendimentos particulares ou públicos locais, que reduzam as desvantagens em relação ao Sul e apressem o processo de fixação e a atração de capitais no Nordeste”. (Almeida, 1985, p.231)

Colocados os principais problemas da região Nordeste, tal documento serviu como embrião para elaboração do projeto do Banco do Nordeste do Brasil, em 1951, pela Assessoria Técnica da Presidência da República, onde Rômulo de Almeida atuou notoriamente com destaque. O Banco do Nordeste surgiu para aplicar a grande quantidade de recursos – garantidos pela Constituição Federal

¹⁴ Ver Marshall, Alfred. "Princípios de Economia: tratado introdutório", 2 Volumes, tradução revista de Rômulo de Almeida e Ottolmy Strauch, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

e pela Lei Sarate principalmente – destinados ao combate às secas¹⁵, pois as obras até então do DNOCS, não haviam solucionado os problemas da região. Em suas palavras:

"(...) nós examinávamos a experiência de combate aos efeitos da seca, e mostrávamos que a solução de engenharia era uma solução insuficiente, que era preciso pensar em termos econômicos, sociais e agrônômicos e que não se devia cuidar somente da seca e do polígono das secas, mas da região que era afetada por ele, ou seja, de todo o Nordeste. Era preciso pensar em termos econômicos". (Almeida, 1986, p. 77)

Sob uma descrição de “um organismo de características originais na estrutura bancária brasileira, oferecendo singulares oportunidades para ação construtiva” (ALMEIDA, 1985) Rômulo apresentaria ao Congresso Nacional o projeto de criação do BNB¹⁶. As características originais advinham das funções híbridas que o BNB acumularia, ou seja, as funções de um banco comercial, de um banco de investimentos e de um banco assistencial. A ideia era dar flexibilidade no planejamento das ações, e neste sentido, o BNB atuaria na concessão de crédito a curto prazo; no financiamento direto de investimentos produtivos a mais longo prazo; e tanto no auxílio de iniciativas econômico-sociais de mais baixa produtividade, como em subvenções diretas. Com essas características, Rômulo pretendia fazer do BNB uma agência de fomento de política regional. Na concepção de Rômulo:

"(...)o banco foi criado para dar uma certa autonomia à condução da política regional, ou seja, para dar uma certa capacidade de inovação, uma certa independência do ponto de vista financeiro na formulação e na execução da política regional." (Almeida, 1985, p. 89)

A ideia era conciliar uma política que combatesse os problemas imediatos que a seca proporcionava, com projetos que visavam a modernização/aperfeiçoamento das atividades já existentes. Neste sentido, havia projetos específicos para alcançar estes objetivos, tais como: A) um programa de aproveitamento racional dos rios perenes da região, principalmente o São Francisco, o Parnaíba, o Paraguaçu, o rio do Contas, o Itapicuru e o Vaza-Barris; B) no levantamento e na programação das obras de açudagem, para tornar perenes ou regularizar rios temporários e torrenciais e acumular água em grandes barragens, especialmente com fins de irrigação e C) num programa ampliado de cooperação para projeto e construção de pequenos açudes (Almeida, 1985,

¹⁵Em depoimento sobre a criação do BNB, Rômulo mostra que a princípio houve uma rejeição por parte do Banco do Brasil, que até então administrava os fundos destinados à política de crédito, sobretudo os recursos da Lei Sarate. Negando a ideia de duplicação de funções e argumentando a favor da criação de um banco especializado: “Não se trata, simplesmente de substituir o Banco do Brasil nas operações previstas na Lei n. 1.004 [Lei Sarate], mas como foi dito, da criação de um instrumento financeiro especializado, em complemento do atual DNOCS, para a luta contra as secas e para impulsionar o progresso econômico no Nordeste, experimentando técnicas de assistência financeira ainda incipientes em nosso sistema bancário”(Almeida, 1985, p.199).

¹⁶ Mensagem N° 363 elaborada pela Assessoria Técnica da Presidência da República e publicada no Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, n. 208, de 1 de Novembro de 1951, p. 10.433-5.

p.241). No fundo, todos esses projetos visam maximizar o aproveitamento/armazenagem da água para corrigir as possíveis irregularidades das precipitações, e com isso amenizar os problemas decorrentes da seca.

No que tange a modernização/aperfeiçoamento da agricultura, os projetos convergiam para o constante estudo técnico da geografia da região, de forma a desenvolver as potencialidades e corrigir as deficiências das atividades agrícolas no semi-árido, visava-se aumentar a produtividade da chamada “agricultura seca”. Concomitantemente, o BNB atuava na concessão de crédito rural e projetos de redescontos rurais, consolidando a base econômica de financiamentos para o desenvolvimento da agricultura¹⁷. Com este panorama, o BNB incentivaria o desenvolvimento dos seguintes setores: A) de produtos minerais, florestais e agropecuários da região; B) as indústrias de alimentação, que industrializem produtos regionais e contribuam para melhorar o padrão alimentar do Nordeste. Assume especial importância a racionalização da atividade nos matadouros, para o máximo aproveitamento dos produtos; e C) a pequena indústria artesanal e doméstica, incluindo oficinas mecânicas. Levar-se-á em conta o fator humano: os pendores do nordestino, criador de variada atividade artesanal. (Almeida, 1985, p.247)

Dentro desse campo de atuação proposto pelo BNB, fica evidenciado que não se pensava o Nordeste com uma visão de inserção desta região no mercado interno através de atividades dinâmicas, não se pretendia romper com a lógica histórica de dependência com o Sul, pelo contrário, pensava-se em desenvolver atividades em harmonia com este esquema. Este aspecto entra em consonância com a visão de planejamento regional desenvolvido por Rômulo Almeida, pois ele acreditava que o Nordeste é uma região integrada a uma dinâmica nacional de desenvolvimento econômico, neste sentido, não se pretendia desenvolver no Nordeste indústrias em competição com as da região Sul, dessa forma poderia comprometer o crescimento ótimo nacional.

Neste momento, Rômulo contribui efetivamente com o aspecto do planejamento econômico e sua importância para o desenvolvimento. Em interessante texto, apresentado em um Congresso sobre Planejamento, Rômulo Almeida discute o Planejamento Regional e sintetiza bem seu ponto de vista sobre a questão. Para ele, escrevendo na década de 1970, o desenvolvimento nacional tradicionalmente incorpora o argumento de que os esforços econômicos devem ter determinada

¹⁷ Sobre a debilidade de mecanismos de financiamentos, Rômulo toma como exemplo o caso do plantio do “algodão mocó”. Sendo uma planta de cultivo perene e que só começa a produzir bem após três anos do plantio, o “algodão mocó” necessita de financiamentos regulares para sua produção. Dado a debilidade creditícia existente, surge o plantio intercalado de outras variedades algodoeiras resultando em uma hibridização e deterioração da qualidade de suas fibras, demandadas pela indústria têxtil. A situação pode chegar ao extremo de a produtividade das fibras híbridas diminuir tanto ao ponto de ter que se importar algodão no exterior. Estava posto mais um argumento que legitimava a atuação do BNB.

concentração espacial para assegurar a expansão econômica, territorial e o desenvolvimento da nação e só depois assegurar distribuição regional dos benefícios gerados. Em suas palavras:

“Sabemos que o processo de desenvolvimento requer centralização, acumulação espacial de investimentos, massa crítica. E por definição, uma sociedade subdesenvolvida está longe de ter possibilidade de muitos projetos regionais simultâneos nessas condições. Daí, a seletividade e sucessividade no desenvolvimento regional como requisito de eficácia. (...) O problema é saber em que medida o desenvolvimento regional é eficaz para esse objetivo de crescimento ótimo do país. Portanto, a definição de crescimento ótimo é um elemento preliminar na fixação de objetivos e de uma estratégia para o planejamento regional”. (Almeida, 2001, p. 9)

Esta análise sobre planejamento regional e as funções do BNB em uma visão integrada de desenvolvimento econômico nacional seria retomada em diversos textos, tal como:

"Deverá ser o BNB um instrumento de política financeira do governo, pois que não se pode conceber o desenvolvimento da economia nordestina em dissonância com as diretrizes gerais firmadas para o conjunto da economia nacional. O BNB se integra no sistema das substituições financeiras da União". (Almeida, 1985, p. 168)

Estava clara a influência teórica de economistas do desenvolvimento equilibrado na concepção do planejamento regional feita por Rômulo, esta influência por sua vez se concretiza quando se analisa a proposta de ação definida pelo BNB. Assim como mostra André Tosi Furtado, em resumo:

"O projeto de desenvolvimento da região era ainda basicamente autocentrado, já que as atividades a serem apoiadas a orientavam-se fundamentalmente aos mercados locais ou regionais, ou se apoiavam ainda nas atividades tradicionais da região. Tratava de uma estratégia de desenvolvimento equilibrado, à La Nurkse, em que haveria um crescimento harmonioso de todas atividades produtivas, inclusive daquela de mais baixa produtividade, que iriam ser modernizadas gradualmente por meio da intervenção do Estado". (Furtado. 2007, p. 344)

De forma a enriquecer a visão e o debate sobre a questão regional nordestina neste período, bem como fazer um contraponto com as concepções de Rômulo Almeida, Celso Furtado emerge com um diagnóstico dos problemas do Nordeste pautado na análise histórica da formação e dinâmica econômica dessa região. A ideia de desenvolvimento equilibrado seria extremamente criticada em vários textos de Furtado. Este debate velado acerca da problemática do Nordeste nas visões de Rômulo Almeida e Celso Furtado guiaria o rumo da política regional nordestina. Faremos um esforço de síntese da análise feita por Furtado, de forma a expormos as divergências teóricas entre esses dois economistas nordestinos.

Furtado, verificaria na história que o país se formou ao longo de um processo de integração política de várias regiões desarticuladas, seria até o século XIX “uma constelação de pequenos sistemas econômicos isolados ligados à economia internacional” (Furtado, 1959b, p.59). O Nordeste desde o século XVI aproveitou-se da alta produtividade de sua região de terras úmidas litorâneas e desenvolveu ali a economia do açúcar, este complexo alinhava a especialização do cultivo da cana-de-açúcar em grandes extensões de terra, destarte o latifúndio. Esta dinâmica – monocultura e latifúndio – foi responsável, ao longo do tempo, pela crescente tendência de concentração de terra e de renda. Tais características, inevitavelmente, contribuíram de forma negativa para a constituição de um mercado interno na economia nordestina e esta seria a gênese do problema que Furtado iria teorizar.

À medida que crescia este excedente populacional, seja pela não absorção do setor exportador dado sua falta de dinamismo ou pelo crescente aumento populacional no setor subsidiário, a população era empurrada para o interior do Nordeste (também chamado de Nordeste Ocidental), ou seja, as áreas do semiárido. Esta área do agreste nordestino é caracterizada por uma vegetação do tipo xerófila de baixíssima produtividade (em especial o algodão-mocó) e pela irregularidade das precipitações pluviométricas, em outras palavras, áreas periodicamente afetadas pelo fenômeno da seca. Em síntese, desenvolveu-se historicamente nesta área do Nordeste “uma região [com um] sistema econômico estruturalmente vulnerável ao meio”. (Furtado, 1959b, p. 23)

Neste sentido Furtado crítica à ineficiência da política desempenhada pelo BNB por três aspectos principais: 1) o combate aos efeitos das secas vem se pautando principalmente no assistencialismo direto, ou seja, na transferência direta de recursos do governo para manter o consumo das famílias flageladas; ou na criação de empregos com a mesma intenção de manter o poder de compra dessas famílias, contudo, a seca é uma crise de produção de gêneros alimentícios, e de nada resulta uma política de manutenção de poder de compra em um contexto de choque de oferta de produção agrícola, pelo contrário tal política poderia acarretar em pressões inflacionárias; 2) tais medidas de nada contribuem para a diminuição da carga demográfica nessas áreas da região do semiárido, ao contrário, pregam a manutenção deste excedente populacional nesta região, que economicamente não suporta tal contingente extra; e principalmente 3) há uma diferença básica na essência dos gastos do governo no Nordeste e na região Centro-Sul: no Nordeste os gastos do governo tendem a balancear a fuga de capitais no setor privado (devido a uma série de vantagens que os mesmos encontram no Centro-Sul, tais como economias de escala, benefícios por aglomeração, economias externas e etc.) em suma esses gastos assumem caráter assistencial destinado ao consumo das famílias, que se avolumam em tempos de seca, já no Centro-Sul a política de controle de importações juntamente com os subsídios industriais e os mecanismos

comerciais internos configuram-se em gastos que financiam investimentos produtivos, que geram empregos e que garantem a manutenção/desenvolvimento da industrialização no Centro-Sul.

Estava exposta nessas críticas a incoerência das políticas adotadas pelo BNB para solucionar os problemas do Nordeste, tampouco também se encontrava de forma explícita a ideia de que a consequência desta dinâmica era cada vez mais o distanciamento entre o Nordeste e o Centro-Sul. Era necessário desenvolver mecanismos que de fato atacassem os verdadeiros problemas nordestinos, pois, segundo Furtado:

“A desigualdade econômica, quando alcança certo ponto, se institucionaliza. Tal fato que observamos nas sociedades humanas – a tendência das desigualdades se institucionalizarem e a formar classes –, também podem ocorrer entre as regiões de um mesmo país (...) E quando um fenômeno econômico dessa ordem obtém senção institucional, sua reversão espontânea é praticamente impossível”. (Furtado, 1959b, p.14)

Seria criada então em 1959 a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) onde Celso Furtado guiaria suas diretrizes sendo seu Superintendente chefe. A atuação da SUDENE para solucionar os problemas do Nordeste se faz num plano de ação constituído por três pilares básicos: 1) o desenvolvimento da industrialização no Nordeste; 2) fortalecimento da região do semiárido; e 3) deslocamento da fronteira agrícola para o Maranhão. Cabe ressaltar que devido à complexidade dos problemas tais ações só resultariam em medidas eficientes se adotadas de maneira conjunta, dado a interdependência dos aspectos deste plano de ação.

A industrialização constitui pilar central para a transformação de uma economia de crescimento a base de exportação para uma economia de crescimento a base de mercado interno. Neste sentido teriam preferência no ordenamento dos investimentos industriais àqueles que possibilitam a ampla criação, direta ou indiretamente, de emprego na região (destacando a indústria têxtil), ou aquelas que contribuem para aumentar a oferta agrícola de alimentos (destacando a indústria da pesca. Em síntese, a industrialização do Nordeste aumentaria a produtividade global desta região assim como absorveria o excedente populacional da mesma, criando dinâmica própria de desenvolvimento.

Rômulo posteriormente em depoimento avaliaria o desempenho do BNB. Ele admitiria que as atividades do BNB foram prejudicadas pelo maior viés comercial que o banco ganhou após a inserção do anexo no projeto de criação, que obrigaria o BNB a criar pelo menos uma agência por 400.000 mil habitantes¹⁸, neste sentido o BNB perdeu muito de sua essência de ser um banco de 2ª linha que atuasse através de intermediários locais diminuindo assim seus riscos e custos. Seguindo

¹⁸ Este anexo foi incluído após uma grande disputa política sobre a localização da sede do BNB. Tamanha pressão desses grupos políticos inviabilizaria o potencial veto desse anexo por Vargas.

esse mesmo caminho, os tais intermediários representados, principalmente pelas cooperativas, não se desenvolveram conjuntamente com o banco, dificultando a ação do BNB com os pequenos produtores. Tomada em sua proporção essa avaliação de aspectos negativos, o fato é que de um modo geral o BNB concebido por Rômulo inaugurou no Nordeste a idéia do planejamento regional, essa mentalidade foi de suma importância para o desenvolvimento de qualquer política regional posterior. Nesta mesma linha, Alexandre Barbosa argumenta:

"Sua contribuição particular esta na organização de um sistema de planejamento orientado centralmente cuja estratégia de enraizamento realizar-se-ia a partir de instituições locais adequadas à realidade brasileira". (Barbosa, 2012, p. 1080)

Feito esse contraponto, a carreira de Rômulo seguiria outros rumos em 1954 com o suicídio de Vargas. Por diferenças ideológicas com o governo organizado por Café Filho, se demitiria da Presidência do BNB¹⁹. Contudo, Rômulo ainda continuaria no cenário político elegendo-se deputado federal pelo estado, no mesmo ano de 1954. Contudo, pouco exerce seu mandato aceitando logo depois o convite de então Governador eleito Antônio Balbino para ser Secretário da Fazenda na Bahia. Rômulo seria o principal responsável pela criação da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE), no ano de 1955. A CPE desde sua concepção teria como função romper com o “enigma baiano” existente naquele tempo, toda aquela descrença e falta de esperança de um povo²⁰. Para tanto a CPE reuniu a primeira equipe multidisciplinar para o planejamento governamental do Brasil, contava com economistas, engenheiros, arquitetos e até médicos.

A CPE pretendia trabalhar conjuntamente com o Instituto de Economia e Finanças da Bahia (IEFB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), de forma a realizar estudos técnicos que subsidiassem a realização de projetos industriais para a Bahia, assim como garantir maior racionalidade administrativa a um órgão técnico do Estado. Estava garantido assim o abandono do clientelismo político impregnado nos diversos cargos públicos. Em resumo:

"(...) O Instituto de economia e Finanças junto à Universidade, fazia estudos de base, pesquisas gerais, o reconhecimento da economia, da sociedade,

¹⁹ Café Filho questionando o porquê de sua decisão obtem a seguinte resposta: “Porque exerci a função como pessoa de confiança do Presidente Getúlio Vargas. Sendo assim não me sinto bem em continuar no cargo” Questionando ainda sobre o que pretendia fazer depois de sua renúncia, Rômulo responde de forma enfática “Daqui por diante dedicarei todos os meus esforços a combater politicamente o seu governo”. (ALMEIDA, 1986, p. 87)

²⁰ “Daí surgiu a história do ‘enigma baiano’, ‘porque é que a Bahia não vai pra frente?’, ‘porque não se faz nada na Bahia’, ‘porque é que as coisas na Bahia não caminham?’, ‘nada dá certo?’. Naturalmente dentro desse esquema, você tinha problemas, você tinha um estado em que a estrutura urbana era muito pequena em relação à rural e essa estrutura urbana não era industrializada” (ALMEIDA, 1986, p.93) Esse enigma baiano, na explicação de Rômulo, nasceria na análise comparativa do desenvolvimento da Bahia com outro estado do Nordeste: o Pernambuco. As razões históricas desse atraso relativo são analisadas no texto “Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio” In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano XI, Nº 19, Salvador, Janeiro de 2009.

observação permanente do que acontecia, treinava o pessoal, fazia extensão, a CPE basicamente deveria ser destinada à programação, utilizando os insumos do IEFB. Agora, como programação devia também fornecer insumos para projetamento." (Almeida, 1986, p.98)

Seria desenvolvido pela CPE, em 1956, o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial da Bahia (FUNDAGRO), que realizaria programas de investimentos visando a organização da economia agrícola e seu abastecimento, podendo promover até por conta própria empreendimentos estratégicos onde a iniciativa privada seja incipiente. A partir do FUNDAGRO programaram-se vários projetos na Bahia resultando na criação de várias empresas, tais como CASEMBA no ramo de sementes, ECOSAMA no ramo da conservação do solo e mecanização e a FRIUSA no ramo de frigoríficos. No fundo, sob o comando de Rômulo, estava se consolidando a experiência de planejamento na Bahia dando impulso para sua industrialização.

O campo de ação da CPE, mais uma vez exemplifica a concepção original de planejamento econômico desenvolvida por Rômulo Almeida. Reconhecendo textos inéditos escritos por Rômulo, tal como as três aulas ministradas no Instituto de Arquitetos do Brasil em setembro de 1975, Alexandre Barbosa (2012) sistematizaria a dinâmica do fluxo de planejamento na visão do Rômulo em duas fases, citando:

"A primeira, localizada na esfera da decisão política e avaliação preliminar das condições de sua realização. Nessa fase, definem-se os programas, as políticas e os agentes de execução. A segunda fase refere-se à execução e compreende a mobilização dos agentes, a implementação dos programas e políticas e a avaliação dos resultados obtidos. Trata-se da última etapa que irá permitir, por sua vez, a revisão das diretrizes definidas inicialmente na esfera política e também o aperfeiçoamento de todo o processo implantado". (Barbosa, 2012, p. 1102)

Fica evidente que a atuação da CPE seguiu essas etapas de planejamento definidas por Rômulo e no que se refere à avaliação, em depoimento, Rômulo atribui à questão do clientelismo político o ponto central para o fracasso do FUNDAGRO após sua saída, as empresas que se desenvolveram a partir do FUNDAGRO admitiriam funcionários indicados pela oligarquia política baiana, desviando assim os objetivos essenciais deste fundo.

Sofrendo com o a falta de prestígio político ao sair da CPE com a eleição de Juracy Magalhães para Governador da Bahia, Rômulo teve uma atuação internacional de destaque na Associação Latino-Americana de Livre Comércio no Uruguai e como representante do Brasil no Comitê dos Nove da Aliança para o Progresso - OEA. Sua atuação e ideias a respeito da integração internacional e regional na América Latina também merecem grande destaque e inclusive um estudo mais detalhado e específico. Suas ideias são pioneiras e muito a frente do seu tempo quando

propõe uma nítida relação e ligação entre o desenvolvimento regional e a intergração da América Latina.²¹

Ademais, convém ressaltar a importância e pioneirismo de sua abordagem ao relacionar a questão regional à questão da integração latino-americana. Negando a ideia de que o planejamento e o desenvolvimento regional seriam limitadores de uma maior integração continental, Rômulo Almeida sustenta a ideia de que tal combinação poderia ser benéfica ao processo de desenvolvimento ao reduzir os desequilíbrios regionais uma vez que “se reduziria o efeito da dominação única, ou seja, haveria sobre as áreas inevitavelmente periféricas (em termos econômicos) e, inclusive limítrofes, geograficamente, a competição de maior número de pólos e áreas metropolitanas.” (Almeida, 2001, p.11).

Depois de passar alguns anos em Washington desenvolvendo trabalhos diplomáticos Rômulo volta para a Bahia em 1966 e contribui na elaboração do Plano Diretor do CIA(Centro Industrial de Aratu). O fato era que o novo contexto da região nordestina exigia certa reinserção na problemática regional, pois existiam pontos de estrangulamentos como falta de infra-estrutura energética e de transporte que impediam o desenvolvimento da indústria neste local, essa observação fez com que Rômulo escrevesse um capítulo sobre seu embasamento econômico para este Plano Diretor.

Pode-se dizer que sua carreira como tecnocrata e homem público se encerrou com a ditadura militar. Nesse momento organizou na Bahia a Clan S.A. Consultoria e Planejamento. A empresa teve participação em empreendimentos importantes no estado como no Pólo Petroquímico de Camaçari. A atuação de Rômulo Almeida na consultoria expressa a sua preocupação com desenvolvimento regional e com projetos que aproveitassem os recursos naturais da região em torno de um projeto de criação e fortalecimento de um mercado interno regional no Nordeste que pudesse alavancar o desenvolvimento da região.

Mais do que a contribuição específica dada para a elaboração do Plano Diretor do CIA, o que interessa para nós é que naquele momento a ideia de desenvolvimento regional para Rômulo de Almeida ganha novas concepções. Sua nova visão estaria sintetizada no livro “Nordeste desenvolvimento social e industrialização”, publicado em 1985 com a colaboração do CNPq: trata-se de quinze artigos que vão mostrar o novo papel da industrialização para o desenvolvimento econômico-social no Nordeste.

²¹ Ver Almeida, Rômulo. "Reflexiones sobre la integración latinoamericana" In: Estudios Internacionales, Año 13, No. 52, 1980.

O ponto de inflexão na obra consiste em superar o “mito do desenvolvimento equilibrado”, pois agora para o novo entendimento do autor o processo de industrialização, nas condições conjunturais em que se desenvolve no âmbito nacional, caminha inexoravelmente para um desenvolvimento desequilibrado. Em suas palavras:

"Não se parte do mito do desenvolvimento equilibrado. As limitações quanto à antecipação perfeita dos mercados para todos os produtos e para todos os insumos (sobretudo nos sistemas de mercado e iniciativa livre), a impossibilidade de controle do comércio exterior (ao menos de mecanismos compensativos) e até mesmo da política econômica e da conjuntura no Sul do país, a impossibilidade de flexibilizar e substituir os fatores e, afinal, as implacáveis indivisibilidades, tornam o processo de desenvolvimento forçosamente desequilibrado". (Almeida, 1985b, p. 26)

O ápice desta nova visão de desenvolvimento regional residiria em suas contribuições para o desenvolvimento da indústria petroquímica no estado da Bahia, pois havia neste estado um enorme potencial de recursos naturais para o desenvolvimento desta atividade. Por outro lado, havia uma vantagem geográfica da Bahia em relação aos outros estados mais ao Norte (como Pernambuco, Paraíba e Ceará) no que se refere à proximidade ao mercado do Centro-Sul. Desta forma, haveria uma redução considerável nos custos de transporte, tão importantes à teoria da localização industrial. De fato, estavam postas assim as potencialidades que existiam para o desenvolvimento industrial no estado da Bahia.

Rômulo de Almeida atribuía a essa indústria que se desenvolveria no estado da Bahia, o poder de “Indústria Motriz”. Consiste em um conceito criado por Perroux em que:

"O fato decisivo é que, em toda e qualquer estrutura dum economia articulada existem indústrias que constituem pontos privilegiados de aplicação de forças ou dinamismo de crescimento. Quando estas forças provocam um aumento do volume de vendas dum indústria-chave, provocam também a forte expansão e crescimento dum conjunto mais amplo". (Perroux, 1967, p.173)

Pensava-se numa indústria que produzisse bens intermediários de uso geral nas atividades secundárias, primárias e terciárias, para que assim pudesse ter um papel indutor de desenvolvimento no conjunto de todas essas atividades. Seria a base de um desenvolvimento polarizado. Citando as próprias palavras do autor:

"O sucessivo aparelhamento de pólos de desenvolvimento, não no sentido apenas de indústrias ou complexos industriais isolados, mas de áreas de alta densidade urbano-rurais, na base normalmente de grandes complexos ou conglomerados industriais, com capacidade polarizadora, irradiadora, metropolitana". (Almeida, 1985b, p. 41)

Essas ideias acerca do papel das indústrias para o desenvolvimento regional serviriam de base para a defesa da instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari.

“O projeto do Pólo Petroquímico veio trazer uma mudança revolucionária no padrão empresarial do Nordeste. A primeira razão está na dimensão e na complexidade tecnológica, caracterizando a firma ou a indústria motriz, conforme o conceito perrouxviano. Mais importante a acentuar são dois outros aspectos, no particular: o *modelo tripartito*, com a presença do Governo Federal como iniciador, assumindo o comando de um processo integrado e riscos pioneiros; a própria operação, em condições inéditas inclusive no Brasil, de um grande processo produtivo *grass root*” (Almeida, 1985b, p. 108)

Em síntese, o plano de construção do Pólo Petroquímico de Camaçari baseava-se no poder indutor desta indústria, era uma tentativa de dinamizar a região Nordeste constituindo nela uma região micro-polarizada ligada a região Centro-Sul. Na interpretação de André Tosi Furtado:

"(...) o efeito indutor não deveria limitar-se à petroquímica de segunda geração. Esses efeitos dinâmicos seriam de diversas ordens: os encadeamentos de indústrias fornecedoras, como as de bens de capital e de serviço de alto valor agregado; os encadeamentos a jusante dos compradores de insumos petroquímicos, principalmente a agricultura, que seria beneficiada pela localização da região Nordeste de produtos de fertilizantes; e os encadeamentos derivados do aumento da demanda de consumo final e dos gastos públicos". (Furtado, 2007, p. 350).

Por fim, os encadeamentos desejados por Rômulo de Almeida não alcançaram a proporção desejada, ele reconheceu também que os investimentos foram carentes de multiplicadores de renda e de emprego, fazendo com que o projeto inicial não surtisse os efeitos tão desejáveis. Mas o que temos que considerar foi a grande influência prática e teórica de Rômulo Almeida no debate, tão carente na época e até mesmo em nossa atualidade, sobre o desenvolvimento regional.

Rômulo Almeida apresenta algumas críticas à SUDENE, principalmente a falta de perspectiva integralista da análise de Furtado, para Rômulo a análise cepalina “centro-periferia” era coerente em escala macroeconômica, porém não se poderia considerar o Nordeste desvinculado da visão nacional, este é parte de um todo econômico, com funções que determinam o aspecto integral da economia brasileira. Assim, a abordagem cepalina traduzida para dentro do espaço nacional, como a experiência proposta pela SUDENE, seria errada para Rômulo Almeida.

“o Nordeste estava inserido, como está, numa unidade nacional. Não se podia pensar em mercado consumidor nordestino. Um dos erros da Sudene foi exatamente pensar em substituição de importações em nível regional.” (Almeida, 1988, p.164)

Ainda criticando a SUDENE, o autor articula suas críticas à sua visão de desenvolvimento regional e a importância a centralidade da questão dos polos de desenvolvimento e crescimento.

Nesse sentido, tais polos teriam um papel central no processo de desenvolvimento ao aproveitar os recursos naturais disponíveis na região, criando mercado interno e possibilitando efeitos encadeadores em toda a economia.

“qualquer indústria no Nordeste só podia resistir se fosse competitiva, seja vendendo para o mercado local, seja vendendo para o mercado do Sul. O erro da Sudene, como eu disse, foi exatamente pensar nos projetos na escala do mercado regional. Porque o Nordeste estava aberto para receber, mas não se preparava para vender fora.” (Almeida, 1988, p. 165).

Apesar das críticas, Rômulo Almeida sempre reconheceu o papel importante representado pela SUDENE, seja nos diagnósticos da situação do Nordeste, bem como a realização de importantes projetos e a formação de novos quadros para o país. Em suas palavras, “mesmo com todos os problemas, o papel da SUDENE no Nordeste foi extremamente decisivo para evitar uma catástrofe” (Almeida, 1988, p.147).

Considerações finais

Seria muita pretensão da nossa parte querer aqui esgotar toda a discussão a respeito do pensamento de Rômulo Almeida, bem como apresentar e interpretar de maneira completa e integral suas ideias. Nosso objetivo bem menos audacioso, mas não menos importante, foi resgatar Rômulo Almeida não só como um personagem da história econômica e política do país, mas como pensador econômico. Ou seja, como alguém que não só refletiu e interpretou o Brasil, mas que propôs soluções e agiu em busca delas tanto como funcionário público, político ou consultor.

Evidentemente que existem lacunas e diversas possibilidades de análises. A questão da integração internacional e o papel da educação para o desenvolvimento no pensamento de Rômulo Almeida são temas que permitem e merecem estudos mais aprofundados. Ademais, um estudo específico, exaustivo e aprofundado sobre o seu papel na Assessoria Econômica de Vargas também pode ser um caminho frutífero²².

Evidentemente o tema mais aprofundado neste texto foi a questão do planejamento regional. Verificamos que o pensamento de Rômulo Almeida e sua concepção acerca da problemática regional refletem um pouco sua visão a respeito da industrialização e do processo de desenvolvimento econômico. Assim, a análise do processo de criação, implementação e da operação do Banco do Nordeste bem como a respeito do complexo petroquímico indicam bem a

²² Esforço semelhante foi feito para Ignácio Rangel. Ver Fernandes, Arissane Dâmaso. "Ignácio Rangel: história, política e tecnocracia no Brasil (1930-1960)", Tese de Doutorado, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2011.

questão. Longe de ser um ponto fechado, o tema ainda apresenta diversas possibilidades, como por exemplo o estudo mais aprofundado a respeito das suas influências teóricas e do diálogo que estabeleceu com as mesmas nos poucos textos que escreveu, mas acima de tudo em sua atuação e nos projetos que concebeu e implementou. Aspecto que procuramos explorar ainda que de maneira breve.

Portanto, reafirmamos a importância do estudo a respeito do pensamento econômico de Rômulo Almeida. Assim como outros economistas do seu tempo, sempre teve um compromisso com a superação do atraso do país. Em tempos onde a modelagem e a exatização da economia dominam a mente dos economistas, o seu pensamento é um alento para aqueles que pretendem interpretar o Brasil de maneira crítica, buscando soluções para enfrentar os dilemas contemporâneos.

Referências Bibliográficas

Almeida, Aristeu Barreto de. (org.) “Rômulo Almeida o Construtor de Sonhos”, Salvador: CORECON, 1995.

Almeida, Rômulo. “Nordeste desenvolvimento social e industrialização”, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. “Rômulo Almeida (depoimento; 1988)”, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV - SERCOM/Petrobrás, 1988.

_____. “Rômulo: voltado para o futuro”, Fortaleza: BNB, 1986.

_____. “O Nordeste no Segundo Governo Vargas”, Fortaleza: BNB, 1985.

_____. “Planejamento Regional”, In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano III, Nº 4, Salvador, Julho de 2001.

_____. “Política econômica do segundo governos Vargas” In: Szmrecsányi, T. & Granziera, R. “Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea”, Campinas: Unicamp, 1986.

_____. “Programação Educacional Num Pais em Processo Inicial de Desenvolvimento” In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Nº 105 - Jan/mar 1967.

_____. “Reflexiones sobre la integración latinoamericana” In: Estudios Internacionales, Año 13, No. 52, 1980.

_____. “Traços da História Econômica da Bahia no ultimo século e meio” In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano XI, Nº 19, Salvador, Janeiro de 2009.

Bacelar, Tânia. “A questão regional e a questão Nordestina” In: Tavares, M. C. “Celso Furtado e o Brasil”, São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

Barbosa, Alexandre de Freitas, & Koury, Ana Paula. "Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação" In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1075-1113, dez. 2012.

Bastos, Pedro Paulo Z. " Qual era o Projeto Econômico Vargasista?" In: Estudos Econômico, V.41, N.2, 2011.

Bielschowsky, Ricardo. "Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento". 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

D'Araujo, Maria Celina. "O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política", 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

Diniz, Clélio Campolina. "Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional" In: Nova econ. vol.19 no.2 Belo Horizonte May/Sept. 2009.

Draibe, Sonia "Rumos e metamorfoses". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Fernandes, Arissane Dâmaso. "Ignácio Rangel: história, política e tecnocracia no Brasil (1930-1960)", Tese de Doutorado, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2011.

Fonseca, Pedro Dutra da. "Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira", In: Tempo. Rio de Janeiro, UFF, 2009.

Fonseca, Pedro Dutra da. "O mito do populismo econômico de Vargas" In: *Revista de Economia Política* 31 (1), 2011.

Furtado, André Tosi. "Rômulo Almeida (1914-88) e suas contribuições para o pensamento econômico regional brasileiro", In: Szmrecsányi, Tamás & Coelho, Francisco da Silva (Orgs.). "Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo", São Paulo: Atlas, 2007.

Furtado, Celso. "A operação Nordeste", Ministério da Educação e Cultura, 1959.

_____. "Formação Econômica do Brasil", São Paulo: Cia das Letras, 2009.

_____. "Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento", *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 4, 1984.

_____. "Uma política de desenvolvimento para o nordeste", Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

Mantega, Guido. "A economia política brasileira", São Paulo/Petrópolis: Vozes, 1985.

Marshall, Alfred. "Princípios de Economia: tratado introdutório", 2 Volumes, tradução revista de Rômulo de Almeida e Ottolmy Strauch, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Oliveira, Francisco. "A metamorfose da arribaçã : fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste . In *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo n.27, 1990.

Perroux, François. "A economia do século XX". Porto: Herder, 1967.

Santos, Renata Belzunces dos. "A assessoria econômica da Presidência da República: contribuição para a interpretação do segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954)", Dissertação de Mestrado, IE/Unicamp, Campinas, 2006.

Silva, Sylvio Bandeira de Mello e. "Rômulo Almeida e o Sonho do Planejamento Regional" In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano III, Nº 4, Salvador, Julho de 2001.

Souza, Aristeu & Assis, J. Carlos de. "A serviço do Brasil: a trajetória de Rômulo Almeida", Rio de Janeiro: Fundação Rômulo Almeida, 2006.